volvimento das forças produtivas em sua própria barreira (Lei da Queda Tendencial da TGL).

— Será que se assistiu historicamente ao desenvolvimento do capitalismo tal como foi preconizado por Marx, em termos de polarização social? Se não, que transformações sofreu o capitalismo?

— Será que a queda da TGL se concretizou efectivamente?

4 — «A articulação do MPC com as áreas da produção pré-capitalistas»

Finalmente iremos focar o problema da articulação do Modo de Produção Capitalista com as «áreas» de produção pré-capitalistas, entendendo-se aqui o termo «áreas», não no sentido geográfico, mas sim no seu sentido económico. Estas áreas tanto se podem localizar nas metrópoles capitalistas como nos países colonizados.

Rosa Luxemburgo na sua obra «A Acumulação do Capital» publicada em 1913, tece um conjunto de críticas a Marx, particularmente aos esquemas de Reprodução Alargada do Capital Social, tratados por Marx no final do L.III de «O Capital».

Segundo Luxemburgo, o Modo de Produção Capitalista não poderia reproduzir-se em escala ampliada sem se entrar em consideração, logo à partida, tanto do ponto de vista teórico como histórico, com a existência de áreas de produção não-capitalistas cuja função, em termos de relações com a área capitalista, se desdobraria em 3 aspectos:

1) *Compra* de *mercadorias* à área capitalista, nomeadamente das mercadorias contendo um valor equivalente à mais-valia criada em determinado período de produção, isto é, absorção dos «excedentes» de mercadorias produzidas.

2) *Fornecimento* de *matérias-primas* indispensáveis à reprodução do sistema capitalista de produção.

3) *Libertação* de *força de trabalho* a ser submetida ao regime de exploração próprio do capitalismo.

Para Marx em contrapartida, na análise que efectuou da Reprodução Ampliada do Capital Social, o contexto histórico envolvente do capitalismo, nomeadamente a existência das tais áreas de produção pré-capitalistas estão de todo ausentes do seu modelo teórico. Aliás, nem poderia deixar de assim o ser, visto que, uma vez realizado o processo de acumulação primitiva do capital, isto é, o processo originário de formação do Modo de Produção Capitalista, no qual esse contexto histórico está continuamente presente, o capitalismo, regido por leis próprias de funcionamento, alargar-se-ia a outras áreas de produção, não por qualquer tipo de deficiência originária no seu modo de reprodução (como sustenta R. Luxemburgo) mas como resultado do desenvolvimento das suas contradições internas.

R. Luxemburgo desloca o lugar da contradição fundamental do Modo de Produção Capitalista, cujo desenvolvimento conduziria à destruição do próprio sistema, do «espaço» interno a esse Modo de Produção para a «fronteira» com outras formas de produção.

Não cabe aqui analisar o fundamento metodológico e teórico das críticas dirigidas por R. Luxemburgo a Marx, e avaliar as suas consequências teóricas ao nível do Materialismo Histórico mas tão sómente chamar a atenção para a *ausência* de tratamento em «O Capital» da problemática do chamado «subdesenvolvimento», cujas raízes históricas têm que ser buscadas no período de expansão colonial das metrópoles europeias, expansão essa já em grande parte realizada no último terço do séc. XIX.

Braga, 24 de Novembro de 1980

Seminário de Teoria Económica com Ghislain Deleplace

António A. Mendonça

Realizou-se entre 12 e 16 de Abril no ISE, no âmbito do acordo de cooperação científica entre a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade de Paris X — Nanterre, um Seminário de pós-graduação dirigido pelo Prof. GHISLAIN DELEPLACE, «Maitre de Conférences» na Universidade de Orléans e «Directeur de Recherches» na Universidade de Paris X.

Este Seminário estava previsto inicialmente para o mês de Julho do ano passado, não se tendo contudo realizado por impossibilidade do Prof. Deleplace se deslocar a Portugal nessa data.

O programa divulgado apontava para o estudo das diferentes noções de preço, nos clássicos, Marx e Sraffa, bem como de alguns problemas particulares tais como, estalão em moeda, preços internacionais e taxa de lucro mundial, preço nos modos de produção não capitalistas.

Veio contudo a centrar-se fundamentalmente na teoria da moeda, mais precisamente na crítica à concepção de moeda-mercadoria existente nos clássicos e em Marx.

Deleplace começou por analisar a teoria das trocas em Smith e em Ricardo para a partir daí extrair o significado da moeda nestes autores.

De acordo com a exposição efectuada, o primeiro passo da teoria clássica seria a construção de uma teoria do valor, explicativa das relações de troca das mercadorias. O segundo passo seria a construção de uma teoria da moeda.

Neste contexto a moeda seria definida como uma mercadoria particular, que desempenha funções meramente técnicas no processo de circulação global das mercadorias: mais precisamente como um elemento que facilita este processo.

Desenvolvendo a sua exposição, Deleplace procurou demonstrar a existência de contradição entre a análise da moeda como mercadoria e a definição geral de mercadoria, existente quer em Smith quer em Ricardo.

Em relação ao primeiro destes autores, a determinação do preço de mercado da mercadoria-moeda pela quantidade das outras mercadorias existentes no mercado, seria incompatível com a análise geral da mercadoria que relaciona o preço de mercado com o preço natural. Algo de semelhante se passaria com a análise do segundo autor.

Por uma lado Ricardo poria o valor do ouro, como o de qualquer outra mercadoria, a depender da quantidade de trabalho necessária à sua produção, mas por outro lado, ao analisar a quantidade de ouro necessária à circulação, poria o valor da moeda a depender da relação existente entre o valor global das mercadorias produzidas e a quantidade de moeda em circulação.

Tanto em Smith como em Ricardo, os atributos gerais da mercadoria não seriam assim extensíveis à moeda.

A teoria de Sraffa, que, segundo Deleplace, representa o ponto final no desenvolvimento da teoria clássica confirmaria esta análise.

Ela daria fundamentalmente resposta a um problema particular — o da determinação de um padrão invariável de preços — não se referindo praticamente à moeda. A mercadoria-padrão tão-pouco poderia ser considerada como moeda: por um lado porque é uma mercadoria composta, por outro, porque é uma mercadoria virtual, ou seja, é construída teoricamente para responder igualmente a um problema teórico.

Marx também não escapou à crítica de Deleplace.

A teoria das formas do valor foi submetida a exaustiva análise, a partir da qual Deleplace procurou demonstrar que a moeda, ao ser a expressão social objectiva dos valores da generalidade das mercadorias não poderia expressar o seu próprio valor, uma vez que não teria sentido a afirmação de que o valor da moeda seria uma certa quantidade de moeda.

Respondendo à objecção colocada, segundo a qual Marx afirmava que a expressão do valor da moeda era feita através das quantidades de outras mercadorias com as quais se trocava, Deleplace acrescentou que tal não contrariava a sua análise pois que, de qualquer maneira, a moeda não teria a mesma expressão social objectiva, característica das mercadorias. Neste sentido, também em Marx, a moeda não poderia ser considerada mercadoria já que lhe faltava um atributo essencial — o possuir preço.

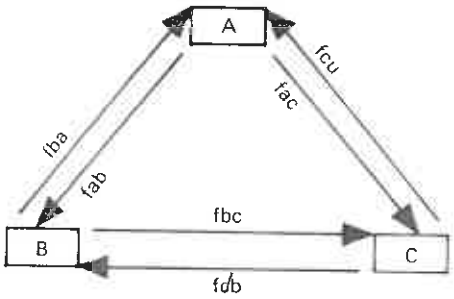
A negação de uma teoria da moeda-mercadoria obrigaria à construção de uma outra teoria. Deleplace procurou fazê-lo nas duas últimas sessões do Seminário, com base no seu livro «Théories du Capitalisme: une introduction», e nos estudos que tem vindo a desenvolver nos últimos tempos e que, segundo afirmou, se deverão traduzir na publicação de um livro inteiramente dedicado à moeda.

A análise desenvolvida revelou-se singularmente oposta à dos autores até agora referenciados.

Enquanto a economia política clássica, tal como Marx, partiam da análise da troca entre duas mercadorias para daí chegarem ao conceito de dinheiro, Deleplace propõe um caminho contrário.

A ideia de que a troca pode ser concebida como uma troca real sem moeda deve ser afastada. A troca apresenta-se em primeiro lugar como um sistema de circulação monetária, em que os indivíduos remetem uns aos outros quantidades determinadas de um objecto aceite e reconhecido por todos — a moeda.

Esse sistema de circulação pode ser representado do seguinte modo:



A, B, e C, representam 3 indivíduos; os fij representam os fluxos monetários entre os indivíduos (de i para j).

Neste sistema, as relações não são o resultado da acção de uma autoridade ou de uma qualquer lei, mas sim da exclusiva iniciativa dos indivíduos. Estas relações são, por outro lado, sancionadas pela circulação do objecto especificamente social, que é a moeda, e não existem socialmente senão enquanto representadas por quantidades de moeda.

A sociedade, no seu conjunto, poderá ser representada por uma certa quantidade de moeda F e os indivíduos por fracções da sociedade: $A = \frac{Fa}{F} = a$; $B = \frac{Fb}{F} = b$; $C = \frac{Fc}{F} = c$, em que os Fi representam as quantidades de dinheiro possuídas pelos indivíduos (único elemento limitador da acção dos indivíduos).

Cada indivíduo objectiva-se assim numa certa quantidade de moeda (a, b e c) e desta maneira adquire uma realidade social distinta da sua existência enquanto ser natural.

O ponto de partida para a análise da sociedade capitalista passa a ser não a mercadoria (como o era para os clássicos e Marx) mas sim a moeda. Esta é definida de forma extremamente empírica, como «objecto social que circula entre os indivíduos».

A partir daqui toda a economia política deverá ser repensada, os conceitos de mercadoria, valor, valor de troca e valor de uso devem ser revistos, de modo a articularem-se com o novo ponto de partida.

A mercadoria passa a ser considerada do seguinte modo:

— não é uma coisa (em sentido físico), embora o possa ser em casos particulares;
— a posse de uma mercadoria não significa a posse de um objecto mas sim a posse de um *direito* a obter, contra a sua transferência, moeda;
— é um conceito construído teoricamente para tornar inteligível a circulação de moeda;
— constitui a objectivação dos indivíduos.

O conceito de valor é deduzido a partir do conceito de «preço monetário».

A quantidade de moeda pela qual a mercadoria é trocada constitui o seu preço monetário; a fracção que este representa da totalidade dos preços das mercadorias constitui o valor.

O valor de troca deverá ser entendido como relação entre preços monetários; o valor de uso perde toda a significância visto a mercadoria não poder ser considerada como «coisa que se troca», mas sim como algo que só pode ser definido na troca onde nenhum dos seus atributos naturais poderá ser levado em consideração.

Se para Marx a mercadoria apresentava-se com um duplo carácter — valor enquanto parcela do trabalho social, valor de uso enquanto representante de um trabalho particular — para Deleplace; este duplo carácter deverá ser reinterpretado do seguinte modo:

— a mercadoria é algo abstracto e uniforme (enquanto valor) e algo concreto e singular (enquanto preço monetário). O elemento distintivo será assim, segundo as palavras de Deleplace um atributo social — o preço monetário e não um atributo natural — o valor de uso.

A partir da crítica à teoria da moeda-mercadoria, Deleplace propõe-nos assim uma reinterpretação global dos pressupostos da economia política, em particular do seu ponto de partida — a mercadoria, que deverá ser abandonado em favor da moeda, a partir da qual, a teoria da «sociedade presente» ou capitalismo deverá ser efectuada.

Neste sentido deverão ser reformulados os conceitos de capital, exploração, acumulação, etc.

Para estes últimos aspectos Deleplace remeteu-nos para o seu livro «Théories du Capitalisme: une introduction», onde o trabalho de reformulação é iniciado.

Não queríamos terminar esta nota, sem trazer aqui outros elementos, que, embora não tendo sido objecto de tratamento durante o seminário, permitem compreender melhor a posição teórica em que Deleplace se situa.

Estes elementos são extraídos do livro já citado e referem-se à posição assumida face a Marx.

Segundo esta posição existirá na obra de Marx uma dualidade de análise. Poder-se-á distinguir claramente um Marx clássico de um Marx crítico.

O primeiro é o responsável pelos erros e contradições que a teoria marxista no seu conjunto apresenta. O segundo, que importa desenvolver, aponta o caminho para a superação desses mesmos erros.

Esses erros devem-se sobretudo ao facto de Marx não ter procedido a um corte radical com a teoria clássica, o que Deleplace procura demonstrar através da análise que faz do materialismo histórico.

Segundo esta análise, existirá no materialismo histórico e em particular no conceito de modo de produção uma espécie de determinismo que se sobrepõe ao homem e à sua acção, acabando por dar características naturais à evolução do processo histórico . Ainda segundo esta mesma análise isto estaria em contradição com a crítica que o próprio Marx faz à teoria clássica a propósito da existência de leis naturais e universais regendo a economia e a história.

A fim de superar esta contradição Deleplace propõe a substituição da definição tradicional de modo de produção — unidade dialéctica de forças produtivas/relações de produção, por outra que, segundo ele, está também presente em Marx, e que se articula à volta da noção de modo de socialização dos indivíduos.

O modo de produção deverá neste contexto ser entendido como *modo específico de diferenciação social dos homens*. Isto obriga a rejeitar a noção de indivíduo como produtor, que está subjacente, segundo Deleplace, à definição tradicional de Modo de Produção, uma vez que, se o indivíduo for um produtor, os não produtores não pertencem à sociedade; logo os capitalistas não pertenceriam à sociedade, que seria composta apenas por trabalhadores, não sendo portanto concebível uma teoria da exploração.

Para a sua definição de indivíduo, Deleplace socorre-se de algumas afirmações de Marx de entre as quais a de que o homem «é somente uma animal social», «mas um animal que não se pode individualizar senão na sociedade». Esta atribuirá a cada indivíduo, caracteres que o distinguem dos outros, que lhe dão a sua singularidade.

Esta singularidade só terá contudo sentido numa sociedade particular. Desta maneira cada sociedade deverá ser compreendida como um «modo específico de diferenciação dos indivíduos».

O modo de produção não deve assim ser entendido como modo de criação pelos indivíduos de sua vida material, mas sim como *modo específico de produção dos próprios indivíduos*, isto é, da sua existência enquanto seres distintos.

As noções de «trabalho», «produção», «produto do trabalho», devem em consequência ser afastadas da análise por estarem ligadas à definição de indivíduo como produtor.

Um indivíduo não se objectiva num produto (mercadoria) mas sim numa realidade puramente social — o valor — que deverá ser o ponto de partida da análise do M.P.C.

O empenhamento que Deleplace põe na crítica à teoria da moeda-mercadoria aparece assim justificado, à luz de uma contestação global dos princípios da economia política clássica e da teoria marxista.

Apêndice:

Trabalhos publicados por Ghislain Deleplace:

«Theories du Capitalisme: une introduction» — P.U.G./François Maspero, Grenoble, 1979.

Artigos:

«Internationalisation du Capital et Processus Productif: une approche critique — Cahiers d'Économie Politique, n.º 1, 1974.

Sur la différenciation des taux de profit: idem.

Biens à double destination et polarisation des taux de profit: une analyse sectorielle, idem, n.º 2, 1975.

«Production de Marchandises par des Marchandises» une critique de l'Économie Politique Ricardienne. Idem n.º 3, 1976.

«Prix de Production Internationaux et marchandise-Étalon» un commentaire. Idem, n.º 5, 1979.

Marché et Concurrence chez Marx (remarques sur *Le Capital,* Liv. III, chap. X).

The Theory of Competition in Classical and Marxian Economics — New School for Social Research, New-York City, May 1981 (Edição mineogravada).

Conferências de Janos Kornai no ISE

Teresa Nunes
C. Silva Ribeiro

1 — Na semana de 31 de Maio a 4 de Junho de 1982 esteve no ISE, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, o Professor Janos Kornai a fim de proferir duas conferências e realizar sessões de trabalho com docentes do ISE. (*)

A primeira conferência, subordinada ao tema «Economia da Carência», realizou-se no dia 31 de Maio. O autor da obra «Economics of Shortage» começou por considerar que a *carência* é um dos problemas fundamentais das Economias Socialistas sendo, de algum modo, o simétrico do problema do *desemprego* nas Economias Capitalistas. Dividiu a conferência em três partes: a primeira parte destinou-se à clarificação de alguns conceitos, a segunda à análise das consequências da carência e a terceira parte ao estudo das suas causas.

Quanto à primeira parte referiu que a sua análise do problema da carência não constitui uma *teoria normativa,* mas antes uma *teoria positiva.* O âmbito do estudo não se confina apenas à Economia Húngara mas abrange as Economias Socialistas em geral.

O problema da carência surge nas relações entre compradores (consumidores e empresas) e vendedores, desenvolve-se, de forma dinâmica, durante o *processo de compra* («shopping process») e é caracterizado por uma situação de *excesso de procura* (a procura inicial é superior à oferta) onde o ajustamento não é efectuado segundo o modelo Walrasiano, mas antes por meio do *ajustamento forçado* («forced adjustment»): *substituição forçada* («forced substitution») do produto que se procura por outro que não apresenta as mesmas características ou o mesmo preço; *busca* («search») de produtos noutros pontos de venda; *adiamento* da compra («postponement»).

O problema da carência é *crónico* e *geral* e atinge bens de consumo, habitação, matérias primas, produtos semi-acabados, mão-de-obra, investimento, divisas, etc. A teoria económica da carência procura as *causas comuns* das várias manifestações de carência, não pretende analisar as explicações empíricas e específicas de cada situação.

O sistema gera um *estado normal de carência,* não se trata de uma situação patológica, é antes uma questão endémica ou sistémica.

Na segunda parte o conferencista considerou, a propósito das *consequências* da carência, que esta constitui um estímulo para o crescimento económico quantitativo, mas apontou diversos efeitos negativos: diminuição do bem estar no consumo; dificuldades na produção devido à falta de materiais e mão-de-obra, o que contribui para improvisações e quebras de eficiência; submissão dos compradores aos vendedores («seller's market»); ausência de inovação técnica (considerado pelo Autor como a consequência negativa mais grave da carência).

Finalmente na terceira parte o Prof. Kornai apresentou as *causas* da carência. Começou por considerar que em todas as economias (socialistas, capitalistas) há excesso de procura e excesso de oferta simultaneamente, sendo a causa desta situação o fenómeno da *fricção* (informação imperfeita; decisões imperfeitas, implementação imperfeita das decisões). Para um mesmo nível de fricção (sobre uma mesma curva de iso-fricção) existem situações predominantemente de carência (Economias Socialistas) e situações predominantemente de excesso (Economias Capitalistas). *O equilíbrio Walrasiano,* que corresponde à origem dos eixos, não se verifica em nenhum sistema.

A causa da Carência nas Economias Socialistas reside no comportamento da *restrição orçamental* das empresas. A teoria Micro-económica considera a restrição orçamental como o postulado básico para a análise do comportamento dos compradores.

(*) Com o Prof. Janos KORNAI deslocou-se ao I.S.E. também a Dra. Zsuzsa DÁNIEL, do Instituto de Planeamento de Budapeste que efectuou um seminário subordinado ao tema «Housing as a distributional issue».